

Mairinque, 30 de Janeiro de 2026.

Ofício n.º 016/2026- 2ª PJ


(Favor usar como referência)

Inquérito Civil DIGITAL n.º 0327.0000017/2026 (Patrimônio Público)

Senhor Presidente:

O Ministério Público do Estado de São Paulo por intermédio de seu Promotor de Justiça abaixo assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos do art. 19, inciso V da Resolução n.º 1342/2021-CPJ, **comunica** a Vossa Excelência que esta Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, **instaurou Inquérito Civil** que gerou o **registro** junto ao **SIS-MP DIGITAL n.º MP 0327.0000017/2026 (cópia anexa)**, com a finalidade de *"investigar prejuízo ao erário durante a execução de contrato firmado entre a empresa Russo Contabilidade Ltda e a Câmara Municipal de Alumínio"* para conhecimento e para instruir os autos em referência, com fundamento no artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal, e no artigo 104, inciso I, alínea "b", da Lei Complementar n.º 734 de 26.11.93 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo) **solicito** de Vossa Excelência que encaminhe cópia integral do processo administrativo n.º 31/2025 e cópia integral do processo administrativo que resultou na contratação da empresa Russo Contabilidade Ltda (n.º 02/2025) e que, dentro de 15 dias, encaminhe os documentos a esta Promotoria de Justiça.

Aproveita também o ensejo para renovar expressões de estima e consideração.


THIAGO GARCIA TOTARO
2º Promotor de Justiça de Mairinque

Excelentíssimo Senhor

JEAN RICARDO DE SOUZA

DD Presidente da Câmara Municipal de Alumínio
Alumínio-SP

**PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E REPRESSÃO DOS
ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DE MAIRINQUE****PORTARIA DE INQUÉRITO CIVIL**

O 2º Promotor de Justiça da Comarca de Mairinque, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal e pelo art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, em razão de peças de informação encaminhada pela Câmara Municipal de Alumínio, INSTAURA o presente Inquérito Civil, com o fim de investigar prejuízo ao erário durante a execução de contrato firmado entre a empresa Russo Contabilidade LTDA e a Câmara Municipal de Alumínio.

De acordo com a notícia de fato encaminhada ao Ministério Público, o Controle Interno da Câmara Municipal de Alumínio identificou divergência de pagamento no contrato de prestação de serviços contábeis, com valor pago a maior em razão da realização de três empenhos indevidos.

Outrossim, consta que o prejuízo provocado ao erário é de R\$26.250,00, tendo a empresa Russo Contabilidade LTDA obtido vantagem patrimonial indevida.

Consta, por fim, que em processo administrativo nº31/2025 foi emitida guia de recolhimento com vencimento em 30/01/2026 para que a empresa Russo Contabilidade LTDA recolhesse o valor reconhecido como indevidamente recebido durante a execução do contrato, tendo ainda a Câmara Municipal de Alumínio afirmado que o contrato em questão seria encerrado.

Resolve, assim, visando à apuração dos fatos, para posterior ajuizamento de ação civil pública ou arquivamento das peças de informação,

promover as diligências a seguir enumeradas e outras que porventura se demonstrarem pertinentes:

1. O registro, autuação e o arquivamento em pasta própria e a autuação da presente Portaria Instauradora de INQUÉRITO CIVIL, numerando-a a partir do nº 2 e assim sucessivamente, conforme a quantidade de laudas.

2. Autuação e registro dos documentos que instruem a presente, tal como determina a Resolução nº1342/21-CPJ, consignando-se o seguinte:

REPRESENTANTE: Câmara Municipal de Alumínio

REPRESENTADO: Russo Contabilidade LTDA;

OBJETO: Apurar a realização de pagamentos indevidos pela Câmara Municipal de Alumínio à empresa Russo Contabilidade LTDA, consistente em três empenhos no valor total de R\$26.250,00 e a eventual prática de improbidade administrativa;

ÁREA DE ATUAÇÃO: Patrimônio Público;

TEMA: Improbidade Administrativa - prejuízo ao erário, Improbidade Administrativa – violação a princípios;

ASSUNTO: Agentes Públicos/Direitos/Deveres/Proibições.

3. Junte-se cópia da publicação prevista no artigo 8º, inciso I, da Resolução nº1342/21-CPJ, atinente à instauração do presente Inquérito Civil, assim que ocorrer (artigo 123, parágrafo 2º, da Resolução nº1342/21-CPJ);

4. Comunique-se ao representado, via ofício, com cópia da presente Portaria, a instauração deste Inquérito Civil (artigo 20 da Resolução nº1342/21-CPJ). No mesmo documento, requirite-se informações sobre como se deu o pagamento indevido da quantia total de R\$26.250,00, qual o respectivo fundamento e justificativa e que indique qual servidor público teria concordado e auxiliado em tal conduta. Prazo: 15 dias;

5. Oficie-se ao representante dando-lhe conhecimento da instauração deste Inquérito Civil (mediante envio de cópia desta portaria). Sem prejuízo, solicite-se cópia integral do processo administrativo nº31/2025 e cópia

integral do processo administrativo que resultou na contratação da empresa Russo Contabilidade LTDA (nº02/2025) – prazo: 15 dias;

6. Nomeio, sob compromisso, para secretariar os trabalhos, os Oficiais de Promotoria oficiantes em Mairinque;

7. Após a vinda de todas as respostas, abra-se nova conclusão para ulteriores deliberações.

Mairinque, 30 de janeiro de 2026.

THIAGO GARCIA TOTARO
2º Promotor de Justiça de Mairinque